

XII MANDATO

ATA N.º. 80

Reunião ordinária pública de 30 de novembro de 2020

Ao trigésimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se, por videoconferência, no cumprimento do artigo 3.º n.º 1 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, e do despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 02 de novembro, a reunião ordinária do executivo camarário, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga), com a presença do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos Por Braga), Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos Por Braga), Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos Por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos Por Braga), Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU), Maria Helena Fernandes Teixeira (PS), Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos Por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues. Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas 09:35, confirmada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. Para conhecimento foi presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 24 de novembro. **ORDEM DO DIA. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 79/2020, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 23 de outubro de dois mil e dezassete. **"Deliberado aprovar por**

unanimidade pelos membros presentes na reunião ordinária da Câmara Municipal nº 79/2020". PROPOSTA- DOCUMENTOS PREVISIONAIS: OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2021:

Presente a seguinte proposta: Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 45.º e artigo 46 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão para o ano de 2021, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta e desta são parte integrante como: Relatório de apoio ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, que inclui: o Anexo 1: Resumo do Orçamento; o Anexo 2: Orçamento – Receitas e Despesas; o Anexo 3: Mapa das receitas e despesas desagregado por classificação económica; o Anexo 4: Grandes Opções do Plano; o Anexo 5: Plano Plurianual de Investimentos; o Anexo 6: Atividades Mais Relevantes; o Anexo 7: Orçamento e plano orçamental plurianual da receita e da despesa; o Anexo 8: Balanço previsional; o Anexo 9: Demonstração de resultados previsional; o Anexo 10: Demonstração de fluxos de caixa previsional; o Anexo 11: Plano de investimento nas freguesias por delegação de competências; o Anexo 12: Previsão dos Encargos e Respetivas Amortizações da Dívida de Empréstimos de MLP; o Anexo 13: Mapa demonstrativo da Capacidade de Endividamento; o Anexo 14: Mapa das Entidades Participadas; o Anexo 15: Responsabilidades contingentes; o Anexo 16: Normas de execução orçamental; o Anexo 17: Mapa de pessoal para 2021; o Anexo 18: Orçamentos das Empresas Municipais. Tomou a palavra o **Sr. Vereador Artur Feio** que referiu que os documentos em causa exigem uma análise ponderada, séria e rigorosa que não se compadece com o tempo que foi disponibilizado para a sua apreciação. Referiu que a expressão “ *Governamos para os bracarenses e não para as*

eleições” mencionada não é correta, pois trata-se dum orçamento “eleitoralista” que se “pendura num empréstimo de cerca de 12 milhões de euros para poder alavancar um conjunto de investimentos, cuja forma de concretização é questionável”. Relativamente aos investimentos previstos, falou sobre as intervenções nos edifícios escolares que se preveem realizar de forma diminuta e desfasada no tempo. Referiu, como exemplo, as intervenções a concretizar no Jardim de Infância de Gualtar, com uma previsão de materialização num espaço de 3 anos. O projeto de “Requalificação da Torre de Menagem” com uma previsão de 10 mil euros. Referiu, em suma, que as intervenções são poucas, “*muito curtas*” e, em alguns casos, desconhecendo como se equacionaram os montantes previstos. Referiu ainda que há um aumento considerável da dívida de médio e longo prazo, resultando num acréscimo de 34%, o que considera preocupante e que contraria a prática do Município, ao longo destes 7 anos. Referiu que desconhece como se alcançou o valor para apoio da rede de transportes da CIM Cávado. Assinalou ainda que se prevê uma redução da derrama em cerca de um milhão de euros e se este aspeto está relacionado com a proposta apresentada pelo PS, no sentido da “anulação ou redução deste imposto a empresas ou microempresas com faturação abaixo de 150 mil euros”. Fez ainda referência ao COVID e ao seu impacto em 2012, em que se verifica um ajuste das receitas; mas que não é perceptível a redução que “corresponde a 3, 9 milhões de euros por diminuição dos dividendos e dos ajustamentos” por parte da AGERE,EM. Sinalizou que há uma diminuição dos subsídios no apoio ao denominado *School Bus*. Referiu também que, no domínio social, há um aumento substancial dos apoios previstos para instituições sem fins lucrativos, sem destino específico e claro, o que não deixa de ser uma medida eleitoralista, sugerindo a criação de um “gabinete de risco” para controlo das verbas que sejam

atribuídas. No domínio do urbanismo, verifica-se uma continuação de investimentos que não têm sido bem aceites pela população, como a eliminação das barreiras arquitetónicas. Quanto ao valor de 1,7 milhões de euros para aquisição de serviços/ consultadoria, referiu que o Município tem capacidade para os realizar, não necessitando de recorrer a serviços externos, dando como exemplo os serviços de topografia ou estudos sobre projetos de arquitetura. Avaliando a verba de 1 milhão de euros previstos para pagar expropriação de terrenos com a execução do projeto das Sete Fontes, questionou se já existem acordos efetuados com os proprietários? -Quanto ao PPI propriamente dito, entende que há um *"plano tecnológico de ataque"* do Município, que percebeu a importância desta questão, mas que ainda assim, os valores previstos, que elencou, salvo raras exceções, são diminutos, meramente pontuais e desfasados no tempo – cerca de 2 a 3 anos. Mais referiu a tentativa de investimento na parte escolar, embora com valores residuais e intervenções pontuais. -Quanto ao mercado provisório: há uma incoerência entre o PPI e as grandes opções de plano, que tem que ver com os valores do mercado provisório, que aparece no anexo 4 (página 9) *"instalação do mercado municipal provisório – 985.000,00€, para 2021"*, pelo que o Sr. Vereador gostaria de perceber se as tendas do mercado provisório vão lá ficar durante mais 1 ano – isto nas grandes opções; no entanto, no plano plurianual de investimentos este valor já não aparece, o que suscita dúvidas.- Quanto à rubrica Cultura, foi feita referência ao investimento no Media Art Center, até ao ano de 2025, *"quando esta requalificação é algo para o qual nem existe projeto"*. O mesmo se passa, de forma protelada no tempo, relativamente à Ínsula das Carvalheiras e ao Convento de S. Francisco. Quanto à Casa dos Crivos e Museu da Imagem, entende que se tratam de intervenções essencialmente de âmbito estético, mas que aparecem como sendo algo de estratégico para



o Município. – Salientou, ainda, o valor alocado para as obras na Pousada da Juventude. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** corroborou a dificuldade sentida pelo Sr. Vereador Artur Feio na análise dos documentos, face ao pouco tempo disponível para o efeito; razão pela qual se limitará a fazer alguns apontamentos, reservando uma ulterior discussão para a Assembleia Municipal. Nesse pressuposto, começou por assinalar a redução das receitas provenientes dos impostos que resulta também da proposta apresentada pela CDU, em baixar a taxa de IMI; fez também referência ao aumento das receitas de capital, que decorre sobretudo do empréstimo de 12 milhões de euros, que serão canalizados essencialmente para investimento. Sinalizou o aumento da despesa corrente, resultante de 4 fatores: a condenação do Município pelo aumento indevido do horário de trabalho; o aumento de competências por parte do Município (questionando o Sr. Vereador, neste aspeto, de que resulta o aumento se o Município tem rejeitado as transferências para 2021); o combate à COVID (questionando que investimentos e despesas irá o Município suportar) e as despesas com pessoal. Realçou também o Sr. Vereador, de forma negativa, a previsão de aumento da dívida de médio e longo prazo, que concretiza algo que é contrário ao discurso que sempre defendeu a gestão da dívida. Referiu ainda o Sr. Vereador da CDU que há um forte investimento da educação; já na cultura, também se nota um aumento, ainda que baixo, face àquilo que é intenção do Município. Duas notas negativas para a redução do orçamento, no que diz respeito ao ordenamento do território (1,2 milhões de euros) e quanto a “desporto e lazer” (2,1 milhões de euros). Referiu que os investimentos transitam de anos passados; que é um plano e orçamento de continuidade, de “final de mandato”, com concretização num ano eleitoral. Relativamente às empresas municipais: - AGERE, EM- questionou quais os prazos e arranque da ETAR; TUB, EM -

no que se refere aos transportes urbanos, havendo uma junção das coroas 1 e 2, seria necessário proceder à atualização dos montantes a cobrar pela coroa 3. No concernente à frota/ aquisição de viaturas a gás, afirma que há a necessidade de reforço e renovação do número de viaturas disponíveis, para melhorar a oferta do serviço prestado às populações. Ainda no tópico dos transportes urbanos, entende que há um investimento que continua em falta, e que diz respeito à ligação e atendimento dos Municípios, na medida em que, por vezes surgem problemas que necessitam de resposta após as 17h, sem que haja alguém que possa dar esse suporte. Entende, assim, que sendo os TUB, EM uma empresa moderna, deveriam pensar num investimento que suprisse esta questão. Por fim, quanto ao PPI, a ação social surge com um valor nulo, o lhe parece não ser um sinal positivo. O Sr. Presidente deu a palavra à **Administradora da AGERE, EM, Eng.ª Paula Costa**, que esclareceu, relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Artur Feio, no que releva à ETAR que está previsto para 2021 a realização do projeto-base, do projeto de execução e dos documentos ambientais com início da construção no mês de outubro. O Sr. Presidente deu também a palavra ao **Sr. Administrador dos TUB.EM, Eng. Teotónio Santos**, que esclareceu que são objetivos da empresa promover a mobilidade sustentável, e uma das medidas a implementar será a gratuitidade no passe a todos os alunos do ensino secundário (todos até ao 12.º ano, com exceção do ensino profissional), independentemente do local que habitem e do estabelecimento de ensino que frequentem. Quanto aos horários de atendimento, essa é uma questão que já foi identificada pelos TUB e que será resolvida dentro de pouco tempo. O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que não há qualquer redução de investimento no que se refere aos transportes escolares; relativamente à CIM, esclareceu que o valor é cobrado em função dos km percorridos no

respetivo território do Município de Braga No respeitante à questão colocada, a propósito do Mercado Municipal provisório, esclareceu o **Sr. Presidente da Câmara** que enquanto não houver visto do Tribunal de Contas, não poderá haver lugar a pagamentos. Relativamente aos equipamentos sociais, não estão previstos investimentos, mas antes apoios a IPSS, que são registados nas transferências correntes e não nos investimentos. A redução da derrama não é uma medida de isenção, resultando da conjuntura económica atual. Referiu, também, no tocante ao suscitado pelo Sr. Vereador Artur Feio sobre a AGERE que o que tem sido feito, em articulação com a empresa e o ROC, é incutir rigor aos valores previstos, ou seja, "o que está previsto são os valores diferenciados entre o conjunto dos dividendos acumulados pela empresa e o que será cativado para ressarcir a empresa- e não os privados – pelo serviço público prestado que deveria ter sido concretizado em sede do contrato-programa que está a ser tramitado na ERSAR" Esclareceu que o endividamento é positivo se for para concretizar determinado tipo de investimentos e que não é defensor de um endividamento a saldo zero. Relativamente à expropriação de terrenos com a execução do projeto das Sete Fontes, explicou que estão a ser encetados diálogos com os proprietários e que se visa, naturalmente, concretizar esses acordos. Referiu ainda que "é estranho" como é que não foram apresentados contributos por parte do PS na elaboração dos documentos ora propostos, sendo que a CDU apresentou aspetos que convergiram em pontos que foram partilhados. E que o Plano e o Orçamento correspondem a uma estratégia que tem de refletir o trabalho desenvolvido. Retorquiu o Sr. Vereador Carlos Almeida, dizendo que era preciso ter ido mais longe na definição das prioridades do Município que deveriam ser refletidas nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Municipal. **"Deliberado aprovar por maioria submeter à aprovação da Assembleia**

Municipal com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) e Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga). Votos contra dos Srs. Vereadores Artur Jorge Oliveira Feio (PS), Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU)."

RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: Presente a seguinte proposta: Tendo em vista o cumprimento do disposto no artigo 42º, nº 2, alínea e) da Lei nº 52/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, remete-se para conhecimento do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal as prestações de informação e os elementos, com vista ao seu acompanhamento e controlo pelos mesmos órgãos, que se anexam, das empresas locais: TEATRO CIRCO,EM,SA – Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 2º trimestre 2020; TUB, EM - Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 1º semestre 2020;- IB-AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, EM - Relatório Trimestral de Execução Orçamental - 2º trimestre 2020;- BRAGAHABIT, EM - Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 1º semestre 2020; AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA E.M. – Relatório semestral de Execução Orçamental – 1º semestre 2020. Os referidos documentos dão-se como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao Livro de Atas. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que a digitalização dos documentos da AGERE, EM torna impercetível a leitura



de alguns quadros. Relativamente à BRAGAHABIT perguntou qual é o número de famílias com moratórias ativas e qual é o cenário perspectivado com vista à prorrogação destas moratórias e mostrou preocupação pelo estado de saúde financeira dos TUB,EM, que já é recorrente. Relativamente à AGERE, EM questionou novamente em relação às contas (quadro 51 dos documentos das demonstrações dos resultados), sendo que o que se pode concluir é que o Município paga um serviço em relação ao qual a AGERE tem lucro efetivo, o que não deveria acontecer já que o que se visa é uma compensação sobre o serviço prestado. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** em relação ao TEATRO CIRCO DE BRAGA no que toca à empreitada de remodelação de espaços de trabalho, perguntou qual o ponto da situação em relação a este projeto. Quanto à BRAGAHABIT questionou a razão pela qual as obras nos bairros sociais foram suspensas. As obras de construção não pararam e as obras foram suspensas nos bairros e qual é o prazo para a sua conclusão. No Bairro de Santa tecla estava prevista a demolição de um bloco habitacional, perguntou se se vai concretizar. Solicitou esclarecimentos sobre os chamados apoios socioeducativos com rendimentos tão pouco afetados e, em concreto, sobre as receitas das refeições, tendo em atenção o contexto atual da pandemia, sobre o pagamento de rendas e qual o impacto nas contas da BRAGAHABIT resultante das moratórias das rendas. Relativamente ao TUB, EM, referiu que não é trágico falar da quebra do seu crescimento, uma vez que foram tomadas medidas importantes de serviço às populações. A **Sra. Administradora dos TUB, EM Drª Sandra Cerqueira** registou que os TUB/EM têm tido resultados positivos desde 2014, situação que foi, porém, imprevisivelmente alterada por força da pandemia fruto COVID, explicando que existem instrumentos legais para ultrapassar esta circunstância. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** questionou a Sra.

Administradora Dr.^a Sandra sobre qual o impacto de agravamento das contas, tendo respondido que servem para fazer face aos investimentos. O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o que se tratou foi uma revisão dos valores do contrato-programa, por força dos investimentos na varredura do lixo, canil, etc aguardando-se a elaboração do contrato de gestão delegada. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** insistiu o mostrou o quadro no telemóvel e referiu que “ou o quadro está errado ou a Câmara Municipal paga mais do que devia pagar”. O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que o quadro está correto, esclarecendo perentoriamente que se está a pagar apenas o que se deve. O **Sr. Administrador da BRAGAHABIT Dr. Vitor Esperança**, disse que a empresa municipal não recebeu qualquer pedido para suspensão do pagamento de renda ao abrigo de moratórias, tendo sido registado um “Ligeiro” agravamento na ordem dos 2 a 3% no incumprimento de alguns contratos. Esclareceu que dada a atual conjuntura não está a aplicar coimas pelo não pagamento das rendas por documentos em falta, Justificou ainda que o atraso nas obras do Bairro de Santa Tecla se estão a dever à dificuldade de as famílias ali residentes aceitarem a mudança para um apartamento de transição enquanto as obras são feitas. A requalificação estará pronta no final de 2021. As obras nas Enguardas terminam até ao final do mês de dezembro. O bloco só será demolido quando for efetuada a intervenção nos outros blocos. Relativamente às obras no Theatro Circo de Braga a **Sr.^a Vereadora Lúcia Dias (Coligação Juntos Por Braga)** revelou que já está em curso as obras destinadas a melhorar as condições de trabalho no referido teatro, tendo as obras sido adjudicadas por 291 mil euros, devendo prolongar-se por quatro meses, e parte da equipa do Theatro Circo está a trabalhar nas instalações do GNRation. **“Deliberado tomar conhecimento; Submeter à Assembleia Municipal”.** **PROPOSTA DE ADESÃO AO GREEN CITY ACCORD:**

Presente a seguinte proposta: Submete-se à consideração do Executivo proposta de adesão ao compromisso dos autarcas europeus em tornar as cidades mais limpas e saudáveis, que vai em anexo. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que o documento foi apresentado em Inglês, não se entendendo, tendo o Sr. Presidente da Câmara explicou que não se trata de uma adesão. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** referiu que o documento devia ser em língua portuguesa. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: Submetem-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25º, nº K e do artigo 33º, nº 1, alínea m) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se anexam: - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS PENSO (S. VICENTE E STº ESTEVÃO)**, para a execução da obra denominada **"Requalificação da Rua dos Pardieiros – Penso Stº Estevão"**, no valor de **158.563,50 €**; - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS PENSO (S. VICENTE E STº ESTEVÃO)**, para a execução da obra denominada **"Reabilitação da zona envolvente ao tanque da Rua do Monte – Escudeiros"** no valor de **9.860,12 €**; - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO**, para a execução da obra denominada **"Pavimentação da Rua da Fonte – Vimieiro"**, no valor de **23.385,00 €**; - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO**, para a execução da obra denominada **"Pavimentação da Rua do Picoto - Vimieiro"**, no valor de **30.798,40 €**; - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA**, para a execução da obra denominada **"Rua Souto da Cal – Crespos"**, no valor de **8.779,94 €**; - **FREGUESIA DE GUALTAR**, para a execução da obra denominada **"Alargamento da Rua do Barreiro"**, no valor de **11.646,75 €**; -

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS, para a execução da obra denominada **"Alargamento da Rua da Igreja - Fradelos"**, no valor de **247.550,92 €**; - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS S. JULIÃO**, para a execução da obra denominada **"Requalificação da Rua da Veiga - Cabreiros"**, no valor de **108.654,17€**; - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GUISANDE E OLIVEIRA S. PEDRO**, para a execução da obra denominada **"Requalificação da Rua da Igreja - Oliveira"**, no valor de **62.387,69 €**; **"Deliberado aprovar por unanimidade submeter à Assembleia Municipal"**.

PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS: Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as propostas de apoios financeiros às seguintes freguesias, conforme documentos anexos aos respetivos processos e nos termos do artº 25º nº1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais: - **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Vicente e Stº Estevão)**, no valor de **8.917,50 €**, para **honorários do projeto da requalificação da rua dos Pardieiros**; - **União das Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro**, no valor de **12.402,00€**, para a realização de **obras de vedação do Parque do Moinho**; - **União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos**, no valor de **15.508,69 €**, para a realização de **Melhoramentos no Parque de Lazer de Gerizes – Merelim S. Pedro**; - **Freguesia de Padim da Graça**, no valor de **5.413,15 €**, para a realização do **Projeto do Caminho das Cangostas – Padim da Graça**, - **Freguesia de Padim da Graça**, no valor de **21.570,12 €**, para a realização das **obras para um Passadiço de Acesso ao Quintalejo - União de Freguesias Nogueiró e Tenões**, no valor de **5.356,65 €**, para a realização de **Cobertura na EB1/JI de Tenões**. **"Deliberado aprovar por unanimidade submeter à Assembleia Municipal"**.

EMPREITADA "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 2 – TORRE EUROPA - INDEMNIZAÇÃO POR PRORROGAÇÃO DO PRAZO". Da **DMOSM** submetendo proposta para aprovação de indemnização por manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de **21.267,26 € +IVA**, com vista à reposição do equilíbrio financeiro, da obra em epígrafe. Tem informação circunstanciada da **DMOSM**. **"Deliberado aprovar por maioria com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) e Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS) e do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)".**

ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS: Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de atribuição de medalhas municipais, nos termos dos artigos 1.º a 3º do Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais, que se anexa. O Sr. Vereador Carlos Almeida fez uma consideração dizendo que esta proposta contém personalidades a ser reconhecidas e referiu que o processo não foi conduzido da melhor forma e que trabalharam em cima da hora. Apresentou uma proposta que incluía nomes que não foram aprovados, e não há biografias dos visados. O **Sr. Presidente da Câmara** que foram merecedores do consenso unânime, que irão receber no dia 9 às 18h no Altice Fórum. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

ALTERAÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA

PARCELA DE TERRENO CONSTITUÍDA A FAVOR DA APPACDM DE BRAGA – PARCELA DE TERRENO COM ÁREA DE 20.000 m2 – FREGUESIA DE GUALTAR: Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta (1) de alteração de direito de superfície sobre uma parcela de terreno com a área de 41.580 m2, situada no Lugar da Crespa, Igreja ou Nogueira (ex-Quinta do Amorim), freguesia de Gualtar, neste concelho, constituída a favor da **APPACDM de Braga**, formalizada através de escritura pública outorgada em 27/09/2017, nos termos e com os fundamentos constantes do parecer prestado pela **Divisão do Património**, que se anexa. O Sr. Vereador Carlos Almeida referiu que relativamente ao parque de lazer existe um plano para o integrar no Plano. O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que todos os espaços vão ser articulados e em relação à linha de alta tensão está desativada conforme informação da EDP e está a ser orçamentada e posteriormente será desmontada. **“Deliberado aprovar por unanimidade”.**

PROPOSTA 2 - ALTERAÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO CONSTITUÍDA A FAVOR DA APPACDM DE BRAGA: Submete-se proposta de alteração de direito de superfície sobre uma parcela de terreno com a área de 41.580 m2, situada no Lugar da Crespa, Igreja ou Nogueira (ex-Quinta do Amorim), freguesia de Gualtar, neste concelho, constituída a favor da **APPACDM de Braga**, formalizada através de escritura pública outorgada em 27/09/2017, que se anexa. Vem a **APPACDM** manifestar vontade de ceder uma parcela de terreno com a área **1.450 m2** a favor da **ORION**, para o alargamento do espaço do Centro de Ciência Viva, na freguesia de Gualtar, tornando-se necessário alterar a constituição do direito de superfície no que se refere à titularidade da citada parcela de terreno que passará da APPACDM para a **ORION – Sociedade Científica de Astronomia do Minho**. Tem informação da **Divisão de Património**, que se anexa. **“Deliberado**

aprovar por unanimidade". PROPOSTA 3 – CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PARCELA DE TERRENO – FREGUESIA DE NAVARRA: Submete-se proposta relativa à constituição do direito de superfície da parcela de terreno com a área de 2.200 m², situada na freguesia de Navarra, a favor da Freguesia de Navarra, que se anexa. Tem informação da Divisão de Património. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

INFORMAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE BRAGA – 1º SEMETRE DE 2020: Da DMG-DF-Divisão de Contabilidade submetendo informação ao Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, sobre a situação Económico Financeira do Município de Braga, relativa ao 1º semestre, com os documentos das demonstrações financeiras reportadas a 30 de junho de 2020 bem como o parecer do Auditor Externo sobre a informação financeira semestral emitido pelos Revisores Oficiais de Contas, nos termos da alínea d) do nº 2 do artº 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. **"Deliberado tomar conhecimento, submeter à Assembleia Municipal, para conhecimento".**

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE PARA 2021 NO VALOR DE 6.000.000 € . Do DEPARTAMENTO FINANCEIRO submetendo proposta, que se anexa, para aprovação do Executivo com vista à aprovação pela Assembleia Municipal, relativa à contratação de empréstimo de curto prazo no montante de **6.000 000 €**, para deliberação do seguinte: **1.** Adjudicação do presente financiamento ao Banco Santander Totta, SA, nos termos da proposta apresentada, indexada à Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 0,64 pontos percentuais; **2.** Submissão da proposta à aprovação da Assembleia Municipal. **"Deliberado aprovar por maioria submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo**

(Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) e Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS) e do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)". **EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DOS ARRUAMENTOS DO PARQUE INDUSTRIAL DE PADIM DA GRAÇA":**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o despacho do Sr. Presidente da Câmara exarado em 16 de novembro de 2020, da Empreitada de "Requalificação dos Arruamentos do Parque Industrial de Padim da Graça". Concurso Público: CPE.12.20.DMOSM, relatório final que se anexa. **"Deliberado ratificar por maioria com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) e Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS) e do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)".** **APOIOS A ENTIDADES:** Da **DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE** submetendo à consideração do Executivo Municipal as propostas de apoios financeiros às seguintes entidades: **a)– ADOLESCERE – Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente,** com proposta de apoio no valor de **12.500,00 €**, destinado à reabilitação de instalações do edifício da Casa Madre de Deus, em Maximinos, destinado ao acolhimento de crianças e jovens refugiadas

não acompanhadas, nos termos da parte F do Código regulamentar do Município de Braga; **b)- REFOOD Braga 100%**, no valor de **1.300,00€** do valor anual da renda à Reffod da fração que utilizam como Centro de apoio e onde exercem a sua atividade na área social, nos termos da parte F do Código regulamentar do Município de Braga; Da **Sr^a Vereadora Lúcia Dias** com a área da responsabilidade da Cultura, submetendo à consideração do Executivo Municipal as propostas de apoios financeiros às seguintes entidades: **a)- SUONART – Associação Cultural**, no valor de **1.600,00 €**, destinado a compartilhar as despesas decorrentes com a publicação do Património Musical, nos termos da parte F do Código regulamentar do Município de Braga; Submete-se ainda proposta de **Investimento Social no âmbito do Programa de Parcerias Para o Impacto** aprovada pelo Portugal Inovação Social a **U.DREAM – Partículas de Fantasia – Associação**, que representará um investimento municipal anual no valor de **3.000 €** até 2022. **“Deliberado aprovar por unanimidade”.**

CONTRATOS-PROGRAMA COM AS EMPRESAS MUNICIPAIS PARA 2021: Nos termos do nº. 5, do artº. 47º, da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal os contratos programa com as seguintes empresas municipais: **a)- BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA; b)- IB – AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M.; c)- TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M., S.A.** Os referidos contratos-programa, dão-se como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de Atas. **“Deliberado aprovar por maioria submeter à Assembleia Municipal, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas**

de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) e Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS). O Sr. Vereador Carlos Ameldia (CDU) votou favoravelmente a proposta do contrato-programa a celebrar com a Bragahabit-Empresa Municipal de habitação e Braga e a proposta do contrato-programa a celebrar com o Theatro Circo de Braga, EM. SA e absteve-se quanto à proposta do contrato-programa a celebrar com a IB-Agência Para a Dinamização Económica, EM".

CONCURSO - EDIÇÃO FONOGRAFICA DE INTÉRPRETE DE MÚSICA CONTEMPORÂNEA 2020/2021: Da Sr.^a **VEREADORA LÍDIA DIAS** com a área da **responsabilidade da Cultura**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta relativa à realização do Concurso Edição Fonográfica de Intérprete de Música Contemporânea, cujas normas se anexam. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO ENTRE O EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR E O MUNICÍPIO DE BRAGA: Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de alteração ao protocolo entre o **Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e Município de Braga**, para a realização da VI Capital da Cultura do Eixo Atlântico, que se anexa. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

ALTERAÇÃO REGULAMENTAR - TABELA DE TAXAS E TABELA DE PREÇOS ANEXAS AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA: Submete-se à aprovação do Executivo Municipal a proposta de redação final do artigo 71.º da Tabela de Taxas e do artigo 10.º da Tabela de Preços anexas ao Código Regulamentar do Município de Braga, para

posterior submissão à aprovação da Assembleia Municipal, considerando que findaram os períodos de participação procedimental, de acordo com o previsto no artigo 98.º do CPA, e de consulta pública, nos termos previstos no artigo 101.º do CPA, em cumprimento das deliberações da Câmara Municipal, sem que tenham sido efetuados quaisquer contributos ou constituição de interessados. O **Sr. Vereador Carlos Almeida CDU** reforçou que os aumentos em causa são significativos em relação ao mercado Municipal e não aumentos ligeiros. **"Deliberado aprovar por maioria submeter à Assembleia Municipal com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) e Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS). Voto contra do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)".**

NORMAS CONCURSAIS – "FORA DA CAIXA – BANDA DESENHADA": Da **Srª Vereadora Lúdia Dias**, com a área de responsabilidade da Cultura, submetendo à consideração do Executivo Municipal a aprovação das normas do concurso "Fora da Caixa – Concurso de Banda Desenhada de Braga, nos termos da proposta que se anexa. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

PROPOSTA APRESENTADA PELOS SRS VEREADORES DO PS RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA PROTEÇÃO DOS SETORES ECONÓMICOS DO CONCELHO DE BRAGA – COVID 19: Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta apresentada pelos Srs. Vereadores do PS relativa à implementação de medidas para proteção dos setores económicos mais atingidos pela

pandemia provocada pelo SARS-CoV2/ Covid 19, nos termos do documento que se anexa. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que é uma concretização do que já tinham falado. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** esclareceu que está em desacordo com o primeiro ponto da proposta do PS, na medida em que essa será uma competência do Governo e não da Autarquia; quanto ao segundo ponto também está em desacordo, uma vez que a derrama incide sobre os lucros das empresas; quanto aos restantes dois pontos, pronunciou-se favoravelmente. O **Sr. Presidente da Câmara** e os Vereadores da Coligação Juntos por Braga votaram contra os dois primeiros pontos da proposta apresentada, com os mesmos fundamentos já apresentados pelo Sr. Vereador da CDU. Votaram ainda contra o terceiro ponto, por uma questão de dimensão da medida, uma vez que ela será implementada nos últimos dois meses de 2020 (novembro e dezembro), mas se tivesse aplicação a todo o ano de 2021 estimava-se uma perda de receita na ordem dos 5 milhões de euros, o que seria inoportuno. O último ponto será aprovado, ainda que já vigore medida similar, e de aplicação mais alargada do que a proposta. **"Deliberado rejeitar os três primeiros pontos da proposta apresentada e deliberado aprovar o ponto 4 da mesma proposta; quanto aos pontos 1 e 2 votaram contra o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) e Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga) e o Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU): o ponto 3 foi votado desfavoravelmente pelo Sr. presidente da Câmara e pelos Srs. Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação**

Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga) e Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga) e favoravelmente pelo Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU). O ponto 4 foi deliberado aprovar por unanimidade". **OUTROS ASSUNTOS:** Pelo **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** foi solicitado o seguinte: - Estudo de viabilidade económica, para entendimento do valor base de atribuição dos espaços de restauração no novo mercado municipal -Aguarda o Sr. Vereador o seu envio; - Critério para atribuição de verbas às freguesias - O Sr. Vereador solicita que lhe seja fornecido um documento onde se elenque, por ano e por área de investimento, os subsídios ou apoios atribuídos às freguesias; Questiona o Sr. Vereador se é verdade que foram comprados 6 autocarros pelos TUB. Pelo **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** foi questionado o seguinte: Mercado Municipal – uma vez que os comerciantes terão de sair no dia de hoje (30 de novembro), do mercado provisório, estarão uns dias sem trabalhar, pelo que questiona se o Município irá proceder a alguma compensação em relação a esses dias? Também questiona se no dia da inauguração o mercado irá estar a funcionar. - Abate de 5/6 árvores na Avenida dos Lusíadas – Questiona o Sr. Vereador se o Município se compromete a não abater mais nenhuma árvore para a execução da obra. - Descargas Rio Este – O Sr. Vereador questiona quando é que o Município, conjuntamente com a AGERE, pensa fazer uma intervenção na rede para eliminar os potenciais pontos de descarga? Às questões suscitadas, respondeu a Sr.^a Vereadora Olga Pereira que irá enviar ao Sr. Vereador Artur Feio o estudo de viabilidade económica brevemente, e que a inauguração do novo mercado municipal será na zona da restauração, que ainda não estará em

funcionamento, pelo que os demais setores de atividade estarão a laborar normalmente. Mais esclareceram, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Administrador dos TUB, EM. que efetivamente foram comprados 6 autocarros usados, do ano de 2011, a diesel, todos pelo valor de 345 mil euros. Quanto à temática do abate de árvores, esclareceu o Sr. Vereador Miguel Bandeira que não se pode assumir esse compromisso, quando já há um projeto previsto para o local. O que o Município se compromete a fazer é a reposição das árvores que sejam abatidas, com eventual colocação noutra local. Quanto às descargas no Rio Este, o Sr. Vereador Altino Bessa começou por explicar que as últimas notícias sobre o assunto, foram amplamente comentadas nas redes sociais, mas na verdade tratou-se de um acidente, e que já foram dadas indicações aos Bombeiros sobre os procedimentos a adotar nestes casos. Por fim, pelo Sr. Presidente foi proposto um **voto de pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Sá Menezes**, conhecido médico- pediatra de Braga, que foi **aprovado por unanimidade**. O Sr. Presidente terminou a reunião convocando os presentes para nova reunião de executivo extraordinária, a realizar no dia **4 de dezembro**, pelas 14h30, e que terá como ponto único a **liquidação da SGEB**. **APROVAÇÃO EM MINUTA: "Deliberado por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta** nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, para surtir efeitos imediatos". **ENCERRAMENTO: Às 12,30 horas** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.

